

ONDE ESTÁ O ANALISTA DE DISCURSO?

WHERE IS THE DISCOURSE ANALYST?

MARIA MARTA FURLANETTO
Professora da Universidade do Sul de
Santa Catarina

RESUMO

Este trabalho focaliza o analista de discurso como sujeito que, implicado no seu próprio discurso e nos postulados de análise, efetua um deslocamento para realizar sua investigação. Trata-se de problematizar o lugar que ele ocupa em sua relação com o caráter da investigação e os dispositivos de análise.

Palavras-chave: analista do discurso; lugar; deslocamento

*A psicanálise é feita precisamente para nos fazer duvidar
de que as pessoas o sejam tão verdadeiramente.*
(Jacques-Alain Miller, Percurso de Lacan)

Introdução

A questão que apresento deve ser encarada no contexto do domínio próprio da Análise de Discurso (AD), mais especificamente aquela cujas diretrizes se desenvolvem a partir de Michel Pêcheux. A possibilidade de dar resposta a esta questão implica a passagem por alguns conceitos desenvolvidos ao longo do caminho percorrido pela AD, e focalizando-se metodologicamente o lugar ocupado pelo analista em sua investigação do discurso (por consequência, também do lugar de que falo agora). Ela diz respeito, portanto, ao dispositivo de análise elaborado pelo analista e seu estatuto; diz respeito àquele sujeito que, implicado no seu próprio discurso e nos postulados de análise, elege um lugar para investigar o discurso (em princípio, o discurso do outro). Trata-se de problematizar esse lugar em sua relação com o caráter da investigação. Para isso, seleciono a tríade *ideologia/sujeito/sentido* e seus correlatos.

1. Conceitos

Considera-se, em AD, que nenhum sentido em linguagem se produz sem que o sujeito, que o suporta de alguma forma, esteja inserido numa formação discursiva (FD): em qualquer sociedade haverá uma conjuntura sócio-histórica atravessada por formações ideológicas que, por sua vez, possibilitam a existência de certos espaços chamados formações discursivas – lugares que são normatizados em relação ao que pode ser dito (ou não) e deve (ou não) ser dito. Desse breve percurso conclui-se que uma FD está condicionada de modo múltiplo: pode-se imaginar sua representação como um pequeno círculo engastado em círculos maiores concêntricos; não há como escapar, em princípio, às determinações impostas pelos círculos mais amplos: a FD não é uma ilha indevassável. Esse caráter implica também que, a FD sendo suscetível de penetrações, a homogeneidade não possa aí ser instaurada: ela sempre será heterogênea e nunca será precisamente demarcada em relação a suas vizinhas; disso decorre sua constante reconfiguração: perdas, substituições, acréscimos, transferências acontecem continuamente nesse espaço: palavras, expressões e enunciados amplos sofrem mudanças. Em tal contexto, como se poderia pensar que os

sentidos estivessem prontos e disponíveis, ou ainda que por trás deles fosse possível descobrir uma base sólida de significância?

Por outro lado, postula-se que o saber cotidiano, nos sujeitos em que ele ocorre, se apresenta com sentidos evidentes para esses mesmos sujeitos, desconhecedores do condicionamento histórico dos sentidos que circulam – e que aparecem como efeito da ideologia. Nesse ponto pode-se pensar que a ideologia esconde algo complexo e mostra uma face simples no plano das significações; que ela também apaga ou esconde do próprio sujeito sua formação heterogênea e seu condicionamento pelas condições externas da sociedade em que ele vive; que ela, dando astuciosamente a ele uma marca de individualidade (“Você não é qualquer um”), o apresenta como um ser livre e com direitos (com sua contraparte: os deveres).

No plano teórico a ideologia ocupa uma posição central, em sua definição discursiva, e por isso dá o tom a qualquer investigação sobre o discurso. Algumas de suas características são assim apresentadas: é a ideologia que permite que se possa interpretar, e não há sentidos sem interpretação. Assim, o intérprete é o fulcro da interpretação; sem alteridade não se produz sentido. Quando se pergunta “o que isto quer dizer?” certamente está-se fazendo a pergunta incorreta, visto que *nós* devemos interpretar, e não *descobrir* algo depositado. A ideologia produz evidências; a ideologia constitui sujeitos e sentidos, trazendo à tona certas imagens; ao mesmo tempo, dissimula sua existência, mostrando objetivações (produzindo “esquecimentos”). A consequência metodológica seria: só uma teoria não-subjetivista da subjetividade poderia discutir e estudar esses “efeitos de evidência” (ponto crítico que será retomado adiante com referência ao “sujeito da ciência”). Seriam “evidências”: a realidade do mundo, a realidade de si e dos outros, a realidade dos sentidos; assim encarada, a ideologia, muito mais que “ocultação”, aparece como uma função necessária entre linguagem e mundo (cf. ORLANDI, 1999).

Entretanto, ainda que necessária nessa perspectiva, pode-se observar que até aqui se pode presumir a ocultação, como se os efeitos compusessem um véu espesso. Seria já um equívoco dizer que não há ocultação? Por outro lado, assume-se que não há sujeito sem ideologia, visto que a ideologia, “independente”, cria o sujeito (o que tem um ar de circularidade, porque não poderia haver ideologia sem sujeito); que ideologia e inconsciente estão materialmente ligados (trata-se aqui de um conceito deriva-

do do Inconsciente segundo Lacan); que o significante lingüístico (parte da língua) é regido pelo equívoco, pela opacidade, e ele assim se apresenta porque é assim que está na memória discursiva. Delimite-se o sentido de memória: 1 – o interdiscurso, trabalho histórico, saber discursivo; 2 – o arquivo, trabalho social da interpretação; material interpretado e interpretável). Ideologia ainda é perspectivada como prática significante, necessária e possibilitadora do efeito de transparência e do efeito de identidade subjetiva; como tal, ela tem um caráter de materialidade.

Afirmar essa ilusão dos efeitos ideológicos não presumiria colocar-se fora da ideologia? Entretanto, recusa-se, nessa perspectiva, um sujeito psicológico (ou seja, psicologicamente existiria uma coincidência entre sujeito que fala e diz *eu* e seu ser empírico). Condicionado, o sujeito só teria acesso a parte do que diz – mas não sabemos, de antemão, a que parte ele tem acesso. Eis uma restrição ao funcionamento da ideologia, o que permitiria “resistência” (embora não se trate de saber qual o espaço do sujeito consciente).

Mas há outra forma de definir ideologia – pelo que ela não poderia ser: conjunto de representações; visão de mundo; ocultação da realidade. É possível perguntar se o equívoco diz melhor sobre a realidade. Esta é a contraparte da outra resposta: a linguagem não é transparente e o sentido não está depositado no “signo” (o que compõe o signo?). É com esta outra “realidade” ou “verdade” que se quer trabalhar, deslocando a primeira imagem. Contudo, não se trata de buscar alguma verdade? Qual verdade?

Nesse ponto ocorre uma questão crucial: as FDs é que permitem algum tipo de identificação, de modo que, tomados como posição e não como individualidade, sujeitos poderiam ser considerados intercambiáveis. Um exemplo pode mostrar a que mecanismo se remete, detectando-se um problema: falar como chefe (a um subordinado) significa que se fala como é possível que chefe o faça, e o sujeito é então significado (tomado) como “chefe”; o sujeito-chefe será uma posição-chefe. Torna-se possível, então, criar a imagem única do chefe e dizer: “Chefe é aquele (aquela posição em) que...” Isso forjaria uma “imagem-robô”, nos termos de Guy Bechtel (2000)¹. Mas essa visão nos aproximaria de uma idéia fixadora: definindo-se o chefe como “aquele que...” funda-se para ele uma moldura

¹ Foi o dominicano Hans Nider (1380-1438) quem, insistindo sobre a existência de uma seita de malfetores diabólicos, fabricou o mito da feiticeira moderna, aquela que praticaria uma verdadeira contra-religião cristã. Traçou para eles uma espécie de “portrait-robot”, desenhando traços físicos e morais (v. BECHTEL, 2000).

e faz-se que ele aceite o papel. Ou ainda, por extensão: o brasileiro é..., a AD é..., Lingüística é.... Se é a essa “verdade” que somos levados, como essa homogeneização se denuncia?

Considera-se ainda que as palavras não significam segundo uma vontade imediata, já que vão provocar efeitos diferentes para os diferentes interlocutores, porque cada um pode posicionar-se numa FD diferente (mas há conflitos na mesma FD). E não há controle sobre isso: os sentidos proliferam. Da mesma forma, na memória discursiva o manancial já se encontra ideologicamente marcado. A primeira asserção, contudo, não se justifica imediatamente: se as palavras não significam segundo uma vontade pessoal imediata, é que primeiramente se tem um manancial marcado ideologicamente, com sentidos potenciais (memória); depois é que se recebe interpretação através da relação interlocutiva (pelo outro).

Como seria possível, dadas essas determinações, apreender criticamente a ilusão sobre o sujeito, sobre os sentidos, sobre a representação da realidade, sobre os discursos?

É tarefa do analista de discurso fazer isso: mostrar de que forma o texto é opaco (uma vez isso assumido), e por que é opaco e equivocado.

O deslocamento de que o analista seria capaz é efeito de seu esforço ou reflete um deslize no modo do equívoco? É desta questão que se trata agora: como pode o analista deslocar-se? Que posição ele passa a ocupar? Uma posição subversiva ou uma instituída, de modo a poder ser intercambiada com outro analista?

2. Um lugar para o analista

O reconhecimento da opacidade da linguagem e da contínua reconstrução do sujeito e dos sentidos (e da ideologia, portanto) é o ponto de partida que não pode ser negado pelo analista. Por que se exigiria dele uma posição de escuta que permitisse ultrapassar as evidências de que também é “vítima”, para, enfim, falar de um espaço que comportasse a resistência? Mas como construir um dispositivo de interpretação – ou melhor, de olhar que compreenda o fenômeno sem ser imediatamente por ele afetado?

Isso, de algum modo, corresponde a fazer apelo a uma metalinguagem, ainda que reconhecendo que essa metalinguagem usa em parte as mesmas estratégias da linguagem ordinária, que se exercita, por

assim dizer, no rés-do-chão. Por outro lado, pode-se lembrar que, no espírito lacaniano, a metalinguagem ainda é uma ilusão (“Não há metalinguagem”). Melhor: há algo que se possa chamar metalinguagem (não se trata de uma recusa da gramática e de seus dispositivos), mas mesmo nela se desliza sempre, porque, posta em uso, ainda se tem um discurso com seu poder simbólico sobre o sujeito.

Isto posto, saliente-se que um analista não está correndo atrás de uma verdade ou de um sentido verdadeiro, que isso seria absurdamente ilusório. É preciso visar a constantes deslocamentos, ao que seria e ao que poderia ser, até delimitar um espaço possível ao qual se dará um nome; aí haverá significantes em rede. Nesse trabalho de compreensão dos movimentos, do que está presente e do que não está ou poderia estar, gestos de interpretação devem ser observados. Quem os faz? O que fala ou escreve, já que precisa interpretar o material disponível (já parte de uma memória); mas também o destinatário, direto ou indireto, que não está sempre disponível para o analista; será ele próprio, então, um intérprete, ao mesmo tempo que tenta compreender o processo... Aqui se cria um conflito, e um dispositivo peculiar deve prever a relação do analista com seu objeto de análise – o que só pode acontecer por um novo deslocamento.

Mas como “obter” uma neutralidade impossível? Ou melhor, qual o possível da neutralidade? No presente caso, começa-se pondo como hipóteses de trabalho que a linguagem é opaca, densa, que o sujeito é descentrado (ou cria-se outro “centro”?), que há efeitos de *alíngua* (v., por exemplo, MILNER, 1987, cap.1)², enfim, constituindo o material simbólico. O que permite isso?

Direi que se trata, paradoxalmente, do “efeito” de ciência: aquele ponto evanescente que chamamos *cogito*; aquele *cogito* ao qual se resiste, mas que é, na visão de Lacan, pressuposto do inconsciente. Chame-se isso de “o lugar de possibilidade da metalinguagem”. Em vez de centro (de onde se produziu o des-centramento), encare-se esse pequeno espaço de raciocínio como o lugar para onde se vai, agora, para fugir parcialmente aos efeitos ideológicos. Eis o retorno à ciência, ainda que lhe demos outro nome; por um longo viés, a volta à casa paterna. Descartes apontara esse lugar, mas acreditou-se que, uma vez determinado, ele abarcava toda

² Eis a abertura de um parágrafo relevante: “Alíngua é, em toda língua, o registro que a consagra ao equívoco” (p. 15). Os meios para isso seriam, por exemplo, a confusão som/sentido, menção/uso, jogos de linguagem em geral.

a psique. E ele aparecia, ainda que pudesse falhar, como o melhor mirante. Por que se fez dele um centro que presumidamente só irradiaria verdades, sendo rejeitado por sua suposta idealização? Ainda assim se fala a partir dele (ou de um simulacro) para tornar relevantes os resultados das buscas humanas. É o ponto “alto”.

O analista, vendo-se nessa posição, pela qual uma teoria faz sentido, usa a teoria possível para mediar sua observação (ou contemplação). Admitir-se-á que essa posição foi construída historicamente, mas aí se situa o sujeito da ciência, nem soberano, nem dominado permanentemente – sujeito da resistência aos dados brutos, densos, equivocados; ou aos dados com formas claras, sentidos transparentes e existência evidente...

Há um momento em que Lacan diz (1985a, p. 33): “... a substância pensante, pode-se dizer que de algum modo nós a modificamos sensivelmente. Depois desse *penso* que, ao supor-se a si mesmo, funda a existência, tivemos que dar um passo, que é o do inconsciente.” O que o leva a dizer, subseqüentemente: “O sujeito não é aquele que pensa. O sujeito é, propriamente, aquele que engajamos, não, como dizemos a ele para encantá-lo [seduzi-lo], a dizer tudo – não se pode dizer tudo – mas a dizer besteiras, isso é tudo.” (*id.*, *ibid.*).

Admita-se ainda que o ser humano só tem acesso a si mesmo em uma ordem simbólica que o recebe sob a forma de linguagem e na qual a determinação do significante faz valer o sujeito como dividido por seu próprio discurso. Tal sujeito, então, não se assimila àquele da filosofia clássica, seja na forma do *cogito* cartesiano, seja sob a forma fenomenológica de um *cogito* existencial, em que o sujeito se encontraria existente num mundo humano entre/com outros sujeitos. Mas, em Lacan, o sujeito cartesiano dá-se como pressuposto do inconsciente: a substância pensante permite, subseqüentemente, a correção da posição idealista em referência ao sujeito. Assim, nada impede de dizer que se instaura uma dialética da subjetividade: o *Eu (je)* está deslocado em relação ao *Eu (Moi)* da linguagem. O *Ego* do *Cogito* se vê deslocado, e o *Outro*, a ordem simbólica, o domina, independentemente (v. AUROUX, 1998, cap. 7). Deslocar, entretanto, não deve valer por “anular”. Ainda que preso na ordem simbólica, o cientista se desloca para a posição antiga, para o lugar em que a metalinguagem é a possibilidade da teoria.

3. O analista como sujeito e autor de sua análise: um paradoxo?

Faça-se uma analogia. A estrutura da situação analítica, no contexto da psicanálise, convoca o analista em situação de escuta: ele é ouvinte do discurso que ele mesmo estimula no paciente. A “entrega” de si, pelo paciente, através de contínuas associações, não é simplesmente livre, “está cingida por leis essenciais” (v. MILLER, 1992, p. 72).

O analista ouvinte não é, por ser ouvinte, passivo. Sua resposta, seu aval, sua interpretação decidem o sentido do que é dito, e ainda, por fim, a identidade de quem fala. Ele tem, pois, poder sobre o sentido, que nesse caso se dá de modo totalmente assimétrico. Na posição de analista, de quem busca uma verdade, radica-se o grande Outro, ouvinte que decide sobre a significação instalando-se no silêncio, num ponto deslocado do significante que se desdobra por atividade do paciente. Como Outro, o analista é “o sujeito que se supõe que sabe o sentido” (*ibid.*, p. 74). O próprio analista, porém, não se deve deixar enganar pelo efeito de “sujeito-suposto-saber”, não deve identificar-se a ele, que nada mais é que um efeito de estrutura. Esse, em síntese, é o processo de transferência na cura psicanalítica, pela qual o paciente tem a ilusão de que seu saber (ou seja: do inconsciente) já se constituiu no analista.

O interessante é que nessa operação a presença do analista “atesta que ele assume sobre si o princípio que está na base da ciência: que tudo, inclusive o que ali se diz de um jeito qualquer, tem uma causa” (*ibid.*, p. 79). Por estranho que seja, pode-se reconhecer aí “o começo de uma espécie de ato de fé na racionalidade de tudo o que se produz; o psicanalista é aquele que se consagra a sustentar esse ato de fé, a partir do qual o analisante pode trabalhar” (*ibid.*, p. 79). Entretanto, não se pode mistificar esse “sujeito suposto saber”, fazendo dele uma espécie de superego modelizante – ou seja, medida da realidade, depositário de valores positivos aos quais o paciente deve identificar-se para ajustar-se à realidade. Para Lacan, não se trata de doutrinar, encontrando um *outro centro* de equilíbrio. Assim, o “sujeito suposto saber” consta como uma estrutura de abertura para o jogo, mas não se sabe como será o final³.

³ Ocorre-me que essa lição da prática psicanalítica corresponde àquela que gostaríamos de implementar na prática docente: o “sujeito suposto saber” deve apagar-se para não imprimir “sua” verdade (que pode ser simplesmente delegada) no aluno, possibilitando-lhe encontrar sua própria verdade.

O que se passa na análise do discurso tem alguma semelhança com esse trajeto?

Diga-se, primeiro, que textos têm autores, mas no nível do discurso trabalha-se com sujeitos. Como os textos (tais como os produzidos na estrutura psicanalítica) são manifestações discursivas, o autor tem como função organizar, disciplinar e dar-lhes unidade. Ele é, hierarquicamente, subordinado a posições de sujeito, ou seja, já é uma função derivada da subjetividade. Das funções subjetivas, a autoria é aquela que “cola” mais proximamente às práticas de linguagem, sem por isso procurar fidelidade à realidade. No entanto, nos entremeios do equívoco, da abundância, da opacidade, um autor pode aparecer como substância, como nome, como caráter e como responsabilidade, para o bem e para o mal (o que quer que isso signifique). Ainda que formada pelo imaginário, a unidade emerge, e nada disso acontece se um autor não se encontra em construção.

O autor, imagino-o como um “sujeito-suposto-saber”, e analistas também são autores (de suas análises). Já aqui, então, é possível detectar dois níveis de deslocamento: com efeito, um autor, que maneja personagens em seu projeto de autoria, está construindo uma metalinguagem; o analista, por sua vez, que pode escolher a autoria como objeto de análise, também compõe um projeto com dispositivos específicos.

No domínio da Análise de Discurso, a autoria se dá como uma vertente dos processos internos de controle de discurso, para que não haja “excesso”, desordem ou rompimento de princípios consagrados (encaro a censura como um projeto de autoria, ou talvez o limite de tal projeto). Desde que se reconheça um texto, aí haverá um autor (ainda que anônimo). Materialmente essa função se subordina a coerções institucionais, certamente, mas nada impede que, com variações notáveis, um autor possa ser extremamente visível, ainda que dividido como sujeito e em conflito interno com sua personalidade.

Ainda que o papel de autor corresponda a uma inserção cultural, um deslocamento de nível é possível. E se ele passa a ocupar uma posição correspondente à do analista na estrutura psicanalítica, pelo trabalho que realiza buscando sentidos e reunindo seus dados de modo coerente, ele também se oferece em espetáculo, sentado como paciente à espera de leitores que, de alguma forma, vão interpretá-lo. Esses intérpretes-interlocutores, agora, apesar de que não se suponha que saibam, são o lado mágico que dará resposta à obra. Sem interpretação não há sentidos...

E o analista dessas formas discursivas? É ainda um sujeito-su-

posto-saber, bem mais deslocado porque pretende contemplar o panorama em seus círculos concêntricos. Como o autor que porventura faça ciência, é nesse lugar que ele deseja postar-se para fazer a sua ciência. Aqui ele se apresenta como o Outro do Outro, caso isso possa fazer sentido. Embora não seja soberano, é seu desejo – sempre abortado – constituir-se como o superego a que se fez referência acima, ainda que aliado das nuances de modelo a ser seguido e de princípio de valores positivos.

Pois bem: o analista faz a sua escolha (embora deva fazê-la), e o faz teórica e metodologicamente. O seu mirante tem de ser o do sujeito da ciência, ainda que este não seja único, e não seja necessariamente o cartesiano. É, ainda assim, um sujeito do qual se diz que “pensa”. É aquele que foi descrito mais acima, que deve encarar seu trabalho tentando alijar suas outras faces: fugir do *imaginário* envolvente, encontrar aquele lampejo do espírito que joga nas sombras as coerções diárias. Para isso, ele abandona até mesmo o desejo de interpretar, porque quer compreender em sua amplitude o funcionamento do discurso do qual escolheu recortes. E aqui a figura utilizada por Lacan se faz valer: ele tem fé na possibilidade da razão.

O trajeto psicanalítico e este que se desenha aqui têm, efetivamente, semelhanças. O analista fará também sua tentativa de metalinguagem, que nada tem a ver com a (im)possibilidade do olhar místico atravessando as trevas da opacidade em busca da luz. Ademais, não é porque um domínio utiliza um conjunto de princípios e regras que se garante a sua qualidade de ciência; uma metodologia específica também não se dá como receita para obter cientificidade. Sobretudo, deve-se lembrar que o próprio conceito de ciência tem evoluído: métodos de investigação mudam historicamente e mesmo em função dos objetos de estudo. As controvérsias das últimas décadas mostram que não existe hoje nenhum critério absoluto de aceitabilidade científica (v., por exemplo, CHALMERS, 1993).

A que propósito vem esse comentário?

A resposta vincula-se à questão da delimitação de campo para dar cientificidade (ainda que se negue o sujeito soberano) e às restrições, implicadas em termos de resultados, quanto à abordagem do discurso.

4. O sujeito da ciência, onde está?

Ainda se combate uma certa imagem de ciência dita centrada no *cogito* cartesiano, que teria perdurado unificada do século XVII para cá. É como se a ciência fosse a religião de nossos tempos, de que os cientistas seriam os sacerdotes. Como sujeito “soberano”, garantido de alguma forma pelo Outro absoluto, o cientista teria, no *imaginário* da sociedade que o pensa, a capacidade de produzir milagres de verdade. No entanto, os verdadeiros cientistas (o adjetivo tem sua função) nos advertem de que eles procuram, aos poucos, descobrir parcelas de verdade – por exemplo, há mais verdade na teoria da Relatividade de Einstein do que na teoria de Newton. Não se estaria, então, combatendo moinhos de vento?

Relembro que Lacan caracteriza o *cogito* como uma passagem (presuposta) para o conceito de inconsciente⁴. Há outras considerações relevantes dele sobre a função do *cogito*, e sobre como Descartes chegou ao “penso-sou”. Miller (1987), em sua interpretação autorizada de Lacan, salienta:

... é um erro pensar que Descartes funda, no *cogito*, a identidade eu, eu, eu. O *cogito* cartesiano é uma coisa diferente do eu como função de síntese que os psicólogos testam. É um abuso estender a identidade específica do *cogito* cartesiano a toda a esfera psíquica, a todos os atos, a todos os movimentos, a todas as representações da esfera psíquica. (1987, p. 50)

Com efeito, para Lacan a função da dúvida hiperbólica de Descartes se dá como tentativa de esvaziamento do universo das representações na esfera psíquica, o esvaziamento de tudo o que é *imaginário*. Daí que o *cogito* aparece como resíduo dessa operação: eis aí um sujeito esvaziado. A conseqüência é que “eu sou... eu penso” se dá em momento fugaz, ele não permanece indefinidamente; ele aparece como possibilidade (de pensar). O que é esse ponto evanescente, que se libera de toda significação que não seja o resíduo que permite a formação unitária de ser e pensa-

⁴ Eis uma passagem relevante: “Ouso enunciar, como uma verdade, que o campo freudiano não seria possível senão certo tempo depois da emergência do sujeito cartesiano, por isso que a ciência moderna só começa depois que Descartes deu seu passo inaugural. É desse passo que depende que se pudesse chamar o sujeito de volta para casa, no inconsciente – pois de qualquer modo, importa mesmo saber *quem a gente chama*” (LACAN, 1985b, p.49).

mento? “... esse sujeito é estruturalmente o agente do discurso da ciência.” (*ibid.*, p. 51), aquele que, deslocando-se, abdicando de interpretar, e portanto fazendo silenciar as metáforas e as metonímias, procurando o melhor mirante para contemplar, se torna capaz de lidar com as letrinhas da álgebra (v. também DOR, 1995, cap. 3)...

Sobre a questão do *imaginário*, Lacan observou que a emergência das equações da teoria da gravidade exigiu um esforço de esvaziamento de valores imaginários atribuídos aos movimentos dos astros. Era esse o obstáculo epistemológico que impedia as equações da teoria newtoniana. Newton teve de esquecer as significações imaginárias atribuídas aos céus, teve de colocar de lado a “dignidade dos planetas”, a idéia de perfeição da criatura pelo criador. Também Kepler teve de abandonar a idéia de perfeição que só podia fazer imaginar a órbita dos planetas como circular (o círculo era tido como mais perfeito que a elipse). É nesse sentido que Miller lembra que a teoria científica tinha de aferrar-se ao significante, separado da significação imaginária, dos valores estabelecidos e institucionalizados. Essa era a heresia da ciência.

Ainda que a ilusão inicial gere outra ilusão, mais aprimorada, estamos caminhando. Há um velho provérbio, citado por Chalmers (1993, p. 22), que diz: “Nós começamos confusos, e terminamos confusos num nível mais elevado”. Seguindo a explicação de Dor, dir-se-ia que o sujeito da ciência (sujeito epistêmico) dispõe de instrumentos de discurso que “só asseguram adequadamente o desenvolvimento de um conhecimento positivo porquanto neutralizam o sujeito do inconsciente” (DOR, 1989, p. 128). Ele aparece como o limite das performances imaginárias do Eu [*moi*]. Em outras palavras, é no discurso científico “que o sujeito do inconsciente está melhor amordaçado” (*id.*, *ibid.*). É claro que, na perspectiva do estudo do inconsciente, o sujeito “verdadeiro” é aquele do inconsciente. Essa é a verdade que se quer buscar.

Essa reflexão faz relembrar o modo de encaminhamento de sua tarefa pelo analista de discurso em sua proposta de um dispositivo que o liberasse, de alguma forma, do envolvimento imediato com o imaginário dos discursos – condição *sine qua non* para a relevância da tarefa.

Nessa condição, só esse sujeito – o que resulta de um deslocamento consentido – tem direito ao pensar e ao contemplar? Isso não seria um perigo para a própria ciência? Eis como se resolve o dilema: emergindo, ele é imediatamente rechaçado, e aí está o discurso impessoal... Outro

paradoxo, certamente, mas que corresponde a uma exigência “epistemológica”. Assim, uma vez descoberta a posição de onde se pode produzir conhecimento, o sujeito correspondente não mais se apresenta como “eu”; neutraliza-se em proveito da emergência do conhecimento, até mesmo para que ele resista a uma provável modalização. Essa seria a forma do sujeito-suposto-saber como tal. Sua forma idealizada, segundo a avaliação de Miller (1992, p. 51), reflete o falante-ouvinte ideal da gramática de Chomsky, aquele de cuja língua se trata: uma língua que não se fala.

Um fenômeno curioso que funciona como sintoma dessa reviravolta, mas que normalmente não chama a atenção, é o da chamada metaforização gramatical. Exemplos disso, que talvez se pudesse nomear “manipulação pelo significante”, são apresentados abaixo (a ocorrência é abundante). Mostra-se a subjetivação de objetos ou instrumentos de investigação – uma transferência elucidativa, preenchimento de vazios, algo como uma compensação:

a) “... esta disciplina [Filosofia da Educação] parece muito pouco preocupada em estreitar os laços entre a filosofia e a educação.” (trab. acadêmico, 1998)

b) “Os exames não enquadrados no primeiro tipo não se constroem em valorizar a gramática pela gramática, exigem conhecimento de nomenclatura especializada e costumam elaborar questões isoladas, sem a menor preocupação de situá-las dentro de um contexto.” (encarte sobre vestibular, 1998)

c) “Em lugar das formas superlativas *seríssimo*, *necessariíssimo* e outras semelhantes, a língua atual prefere seríssimo, necessariíssimo, com um só *i*.” (gramática da língua portuguesa, 1997, or. 1985)

d) “A análise não está dividida em outras partes menores, pois a investigação desde o início procurou entender os problemas como interligados e sujeitos concomitantemente ao crivo semântico, sintático e morfológico.” (trab. acadêmico, 1997)

Dizia-se no início que, dado o caráter da ideologia, só uma teoria não subjetivista da subjetividade poderia dar conta de observar convenientemente os fenômenos produzidos pela ideologia nas práticas discursivas. Pelo traçado feito acima sobre o sujeito da ciência, chega-se a uma conclusão um pouco estranha: esse sujeito, obtido por eliminação da dimensão do imaginário, praticamente se confunde com o inconscien-

te, e nada teria a ver com a pessoa do analista; a autoria, um outro aspecto funcional do sujeito pré-fragmentado (ou sua ilusão de integridade), corresponderia a um trabalho de juntar os pedaços subjetivos e dar-lhes uma nova impressão de integridade, do ser-sujeito e do ser-obra, que então criariam visibilidade.

Dessa visão epistemológica, entretanto, o que me parece mais relevante é a trajetória da crítica ao *apagamento da qualidade subjetiva* no campo do estruturalismo (ou, quem sabe, a simples ignorância dessa qualidade, por questão de método), passando pela *inserção do elemento subjetivo* em sua qualidade de locutor e de perspectivador (enunciador), até seu *desmantelamento por divisão constitutiva* (segundo uma visão psicanalítica), não bastando nem mesmo seu ressurgimento como cientista, uma vez que, apontado o sujeito da ciência – um sujeito *com-ciência* [*consciência, consciente?*], talvez –, não se o faz senão para apagá-lo em seguida, em proveito da emergência dos significantes lingüísticos. De alguma forma, o estruturalismo tinha “as suas razões”. O que “acontecia” era a “estrutura”.

5. Uma crítica da ideologia em suas relações com o inconsciente

Combinar facetas da psicanálise de Lacan com outras de uma noção de ideologia é um bom negócio teórico?

Permito-me mais um passo para refletir sobre o conceito de ideologia tal como apresentado aqui. Ela se dará primeiramente nos termos de Eagleton (1996) sobre a concepção exposta por Althusser em *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* (AIE), texto que serviu de fundamento para a Análise de Discurso; em seguida, nos termos de Gomes Neto (1990?).

A teoria da ideologia de Althusser, bastante original, combina a psicanálise de Lacan com os aspectos menos historicistas da obra de Gramsci. Ele parte da idéia de que todo pensamento se conduz com base em uma questão inconsciente, formada de categorias que “constituem os limites do que somos capazes de enunciar e conceber” (EAGLETON, 1996, p. 211). É bom lembrar que o saber científico, que faz parte daquela base, é concebido então por Althusser como exterior à ideologia. Ciência

e ideologia se distinguem rigorosamente.

Em suas práticas, o sujeito humano é dotado de coerência (ainda que ilusória e provisória) graças à ideologia. Na teoria, no entanto, dir-se-á que ele não tem autonomia nem coerência: é um produto de estruturas sociais. Essa discordância é um tanto estranha, mas Althusser a mantém, embora crie o problema de que uma prática teoricamente informada seria impossível. Só o cientista poderia ter o olhar adequado para conhecer o que se passa. Surge aí, então, a noção de um des-conhecimento fundamental, que em última análise é autodesconhecimento, como efeito da dimensão imaginária da existência humana. O “eu” resultante desse processo tem a impressão de integridade e de coerência. Teoricamente, dir-se-ia que há “condições verdadeiras de existência” e uma “representação” das relações imaginárias dos indivíduos sobre essas condições – ou seja, modos de encarar essa relação. A ideologia constrói os sujeitos criando a imagem de centramento, obviedade, espontaneidade e naturalidade. A ideologia “interpela” o sujeito, chama-o, dá-lhe referências, identidade. “[...] para que a vida social provida de propósitos tenha andamento, [...] verdades impalatáveis devem ser mascaradas no registro do imaginário. O imaginário é, pois, em certo sentido, falso: veda de nossos olhos o modo como os sujeitos e as sociedades realmente funcionam” (*ibid.*, p. 215).

A partir daqui Eagleton aponta problemas lógicos na teoria da ideologia de Althusser. Primeiro: como saber que o indivíduo humano reconhece e responde ao chamamento que faz dele um sujeito, não sendo sujeito? Não seria preciso já ser sujeito para “tornar-se” sujeito? A resposta a esse quebra-cabeça está lá: somos sempre já sujeitos. Eagleton retruca: “Mas, se isso é verdade, é difícil saber como entender a insistência dele no ‘momento’ da interpelação, a menos que isso seja simplesmente uma ficção conveniente. E parece estranho sugerir que sejamos sujeitos ‘centrados’, ainda quando embriões” (*ibid.*, p. 215). O segundo aspecto da questão é o da unidade e identidade, com base na imagem lacaniana do estádio do espelho. “Como pode o sujeito reconhecer sua imagem no espelho como ele mesmo, se já não se reconhece de algum modo? Não há nada de evidente ou natural em alguém se olhar num espelho e concluir que a imagem que está vendo é a dele mesmo” (p. 215). Então Eagleton se pergunta se não haveria necessidade de um sujeito superior, capaz de comparar o sujeito real com seu reflexo e estabelecer a identidade; e, no caso, como esse outro sujeito conseguiu a própria iden-

tificação...

Eagleton vê, no empréstimo feito por Althusser a Lacan, dois erros que considera cruciais. Primeiro, quanto ao sujeito *imaginário*, que seria o eu [*moi*] de Lacan, constituindo este apenas uma ponta do iceberg do Eu [*je*]. Daí que eu [*moi*] represente no imaginário uma entidade unificada. Isso significaria que o sujeito de Althusser aparece como uma entidade mais estável e coerente que o de Lacan, que seria mais volátil e turbulento. Essa leitura equivocada teria as seguintes implicações políticas: expulsar o desejo do sujeito (turbulento) corresponde a “emudecer seu clamor potencialmente rebelde, ignorando que só de maneira ambígua e precária ele pode atingir o lugar que lhe é destinado na ordem social” (*ibid.*, p. 216). Como resultado teríamos o pessimismo político. Segundo, quanto à interpretação do “grande” Sujeito ao lado do “pequeno” sujeito, o primeiro identificado aos significantes ideológicos com os quais o segundo se identifica (o Verbo?). Eagleton vê esse Sujeito muito semelhante ao Supereu freudiano, como poder censor. No esquema de Lacan, o Outro remete ao campo da linguagem e do inconsciente, ocorrendo que as relações entre esse campo e o Eu são mais densas e frágeis do que supõe o esquema de Althusser. Novamente o resultado na perspectiva política é de pessimismo: as possibilidades de oposição seriam remotas. Por isso, na ótica de Althusser, o processo de interpelação não parece contraditório, obtendo do sujeito, ao chamamento, uma resposta imediata – o que soa como radical e simplista.

Mas a interpelação ideológica é sempre tão bem sucedida? pergunta-se Eagleton.

Althusser simplesmente junta a necessidade de alguma identificação ‘geral’ com nossa submissão a papéis sociais específicos. [...] Uma pessoa pode ser mãe, metodista, dona-de-casa e sindicalista ao mesmo tempo, e não há razão alguma para presumir que essas várias formas de inserção na ideologia sejam mutuamente harmoniosas. (ibid., p. 217)

(lembre-se o exemplo do papel de chefe). O resultado dessa perspectiva leva à restrição da “sujeição” sem muitos matizes: assim, a liberdade e a autonomia decretada para o sujeito, no seu imaginário, acontece por estar ele submetendo-se ao Sujeito, à Lei. Liberdade e autonomia constituem pura ilusão, e ainda assim aparecem como necessidade (ou seja, não poderia ser diferente). Diz Eagleton: “Esse estoicismo ante um

poder aparentemente onipresente, ou um fechamento metafísico inescapável, é que fluiria para a corrente do pós-estruturalismo” (p. 218).

No ensaio *O sujeito na diferença e o poder impossível*, Joel Birman (1994), qualificando o discurso freudiano como representando “uma prática inserida nas fronteiras das possibilidades humanas” – “pelo descentramento decisivo que promoveu do sujeito em relação à consciência e ao pretense domínio absoluto do indivíduo sobre o mundo” –, encara o sujeito frente ao território do impossível. Até mesmo psicanalisar é uma tarefa da ordem do impossível⁵. Isso viria do reconhecimento de que no psiquismo haveria algo opondo-se à perfeita absorção do sujeito pelo Outro, pelas regras e pela linguagem. Assim, não haveria submissão total do sujeito à ordem simbólica e mesmo no diálogo com os outros.

Nessas condições, entretanto, o sujeito pode alternativamente ser conduzido aos limites da loucura, singularizando-se radicalmente – o que pode ser a sua perda. De que se trata? Do inconsciente. Como sugere Eagleton, que reflete sobre a aproximação feita por Althusser entre ideologia e inconsciente, o sujeição total se apresenta fraturada, pelo menos na concepção psicanalítica, considerando que o inconsciente tem um destino pulsional. Pulsões são forças que sofrem *modelagem pelo universo simbólico*, mas elas representam impulsos somáticos constantes que exigem trabalho contínuo: incompleto e finito, o sujeito sempre demanda algo que lhe falta. É como dizer que existe algo no registro do corpo que não se inscreve como sujeito.

Birman explica que costurar o universo da força e do mundo da representação (pela simbolização) é praticamente uma tarefa impossível: a relação de forças entre “eu sinto” (da pulsão) e “eu devo” (da ordem simbólica, como imperativo) provoca todo tipo de conflitos no mundo subjetivo. Isso se chama resistência (cf. o “narcisismo das pequenas diferenças”, que constrói a singularização subjetiva).

De qualquer forma, não se negará que a perspectiva da ideologia como meio indispensável para a produção de sujeitos humanos tenha sido um grande passo em relação à idéia simplista de torção da realidade. Com efeito: estruturas se impõem nas sociedades: imagens, símbolos, arqui-

⁵ Freud dirá também que educar e governar são práticas sociais inseridas nas fronteiras do impossível, uma vez que nunca permitirão sucesso efetivo.

teturas, conceitos, experiências repetidas e repetíveis... práticas, rituais... Entretanto, o aspecto “material” da prática não a transforma em simples mecanismo, nem o sujeito em correspondente autômato. Eagleton (*op.cit.*) sugere que a insistência de Althusser na materialidade da ideologia se explica também por uma “hostilidade estruturalista à consciência como tal”. Se é pela ideologia, atuando sobre as formações discursivas, que os sujeitos se habilitam ao mundo da interpretação dos discursos, tem-se de admitir que as formações ideológicas não são uma questão simplesmente material.

Gomes Neto, à sua maneira, toca nas mesmas feridas. Ele observa que Althusser buscou construir uma teoria da ideologia (em geral) correspondente à teoria freudiana do inconsciente. Mas há, nesse projeto, conflitos importantes. Por oportuno, trarei alguns elementos preliminares para incorporar à discussão a reflexão de Gomes Neto⁶.

O conflito entre idealismo e materialismo pressiona Althusser na construção pretendida. Em seus últimos escritos (de 1985)⁷, ele explica a influência concreta que Spinoza exercera sobre ele, com sua teoria das forças do corpo, fazendo-o deslizar para o marxismo: “No marxismo, na teoria marxista, encontrei um pensamento que levava em conta o primado do corpo ativo e trabalhador sobre a consciência passiva e especulativa, e eu pensava nessa relação como sendo o próprio materialismo” (ALTHUSSER, 1992, p. 191)⁸. Daí ele ter colocado todas as suas categorias “sob o primado da prática”, propondo uma “prática teórica”. Ainda seguindo Spinoza, ele afirmará:

Nada mais materialista do que esse pensamento sem origem nem fim. Mais tarde⁹ eu iria tirar daí minha fórmula da história e da verdade como processo sem sujeito (originário, fundador de todo sentido) e sem

⁶ Embora o texto de Althusser sobre os AIE seja apresentado como “notas para uma investigação”, e seja reconhecido por ele como um “esboço inicial” de sua teoria da ideologia, suas teses “não são improvisadas”, e esse texto tornou-se um marco para a discussão sobre ideologia (cf. ALTHUSSER, 1996).

⁷ Autobiografia intelectual e íntima produzida quando já afastado do mundo, em tratamento, após ter assassinado sua mulher, em 1980.

⁸ Isso já era, em sua própria interpretação psicanalítica, uma solução para a “tortura interior entre meu ideal teórico, vindo do desejo de minha mãe, e meu próprio desejo, o qual reconheceria e reconquistara em meu corpo meu desejo de existir por mim mesmo, minha própria maneira de existir” (*op.cit.*, p. 191).

⁹ Ele está fazendo referência às influências na sua formação intelectual.

fins (sem destino escatológico preestabelecido), pois recusar-se a pensar sobre o fim como causa originária (no reflexo especular da origem e do fim) é de fato pensar como materialista (ibid., p. 193).

Em outra passagem, falando de sua forma de leitura (Althusser retoma, aqui e ali, tentando interpretar-se, uma terminologia psicanalítica), ele dirá: “À guisa de curiosidade (o que seguramente tem um sentido, mas que talvez vá me escapar para sempre), jamais pude penetrar [...] em nenhum texto de Freud! Nem em nenhum texto de seus comentadores! Sou completamente surdo a isso... [...] O que conta na psicanálise não é a teoria, mas (princípio materialista e marxista fundamental) a *prática*” (*ibid.*, p. 150).

Pois bem, em seu construto a materialidade da ideologia está assegurada pela própria existência do sujeito, bem como por existir sempre num aparelho e em sua prática. Segue-se que, para um sujeito, “suas idéias são seus atos materiais”. Mas aí, observa Gomes Neto, apreende-se um deslizamento entre sujeito observável (do mundo empírico) e sujeito teórico. A interpelação, então, se fará, para Althusser, sobre indivíduos concretos tornando-os sujeitos concretos. Desse ponto passa-se (como discutido acima) à afirmação de que os indivíduos são “sempre-já” interpelados pela ideologia. A conclusão disso só pode ser que os indivíduos são “abstratos” relativamente aos sujeitos. Veja-se o percurso de Gomes Neto:

Para tentar resolver o impasse, concebe Althusser um indivíduo concreto, do mundo observável, que alça à posição de sujeito concreto, do mundo teórico, graças à interpretação da ideologia. Para ser mais exato: a categoria de sujeito – que é um dado de conhecimento, aciona a ideologia – um sistema teórico, que interpela o sujeito do mundo empírico em sujeito do mundo teórico. Ao final, pelo singularíssimo raciocínio de Althusser, o sujeito interpelado, o observável, investe-se de natureza abstrata. Por último, o sujeito categorial, aquele em nome de quem a ideologia interpela, surge como Sujeito Absoluto (p. 11).

“Sujeito Absoluto” se resolve, em última análise, como o inconsciente, esse “Outro Sujeito”. Isso significaria que os indivíduos, sofrendo sujeição ideológica, “teriam apenas a ilusão de serem a fonte de um discurso, nascido noutro lugar: no Sujeito Absoluto. Nesta engenhosa solução, apaga-se até o psicologismo idealista embutido na ilusão dos indiví-

duos, já que estes ‘são sempre-já sujeitos’ “ (*ibid.*, p. 11). Com efeito, “idéias”¹⁰ teriam sempre de ser buscadas num repertório, num aparelho ideológico. E Gomes Neto conclui: “Aceitando-se a tese segundo a qual ‘a ideologia sempre-já interpelou os indivíduos em sujeito’, aceitar-se-á, por consequência, que os indivíduos são omni-historicamente privados de idéias...” (p. 12).

Nessa “simulação estrutural” Gomes Neto vê *toda* a semelhança que Althusser invoca para ligar sua tese de que “a ideologia não tem história” diretamente à proposição freudiana de que “o inconsciente é eterno”, vendo aí um vínculo orgânico (cf. 1996, p. 125). Como registrei acima, para Althusser o que contava, na psicanálise, era a *prática*...

6. Pêcheux e o mecanismo do desconhecimento

Michel Pêcheux (1988, 1996 [or. 1975]), a partir da tese da interpelação, pretende “desvendar um mistério”: como se dá a reprodução e a transformação das relações de produção, na medida em que são “processos objetivos”? Sugere que, ao fazê-lo, levantará a questão de uma teoria dos processos discursivos; chegará, então, à importante relação que Althusser faz, de um modo talvez apressado, entre a ideologia (eterna) e o inconsciente (eterno). Embora atraído por essa possível relação, Pêcheux está ciente, na ocasião, da ausência de uma articulação teórica apropriada. E adianta apenas que ideologia e inconsciente operam “ocultando sua própria existência” e ao mesmo tempo produzindo “evidências”.

É aqui que ele insere a proposta da teoria materialista do discurso, com duas “evidências” a serem investigadas: a da existência do sujeito como origem de si e a do sentido – que lhe permitirão esboçar em seguida o domínio dos dois esquecimentos na proposição do desconhecimento [*méconnaissance*]. A constituição do sentido e a constituição do sujeito sintetizam, em Pêcheux, a sua pesquisa em torno do discurso. Seu olhar será orientado pela tese da interpelação – já constituída em categoria metodológica capaz de permitir “conhecimento”. Ele encara a possibili-

¹⁰ Althusser quer desfazer-se do termo, e em seguida Pêcheux dá seu aval: “...as ideologias não se compõem de ‘idéias’, mas de práticas...” (cf. 1996, p. 143).

dade de sair da prática cotidiana imediata, ou melhor, do palco onde os personagens agem, num “teatro da consciência”, para postar-se nos “bastidores”, e assim estabelecer o “teatrinho teórico”, conforme dizia Althusser. Sucede que o processo de dar identidade será efeito do coletivo, resultando de uma interpelação de origem externa. Lembre-se que, logo no início desta reflexão, ficava estabelecida essa exterioridade e a independência da ideologia.

Haverá uma discrepância em relação ao inconsciente no sentido psicanalítico, mas isso não impede que Pêcheux faça apelo direto à psicanálise, através dos “efeitos de pré-construído”: algo vem de fora, embora tenha um aspecto “estranhamente familiar”, e simultaneamente tem como suporte um sujeito identificável¹¹. Ele exemplifica isso com os lances de espíritos, onde seria possível captar – dos bastidores – um “processo do significante na interpelação-identificação”. Vê então o sujeito captado numa rede de significantes, mas emergindo ele mesmo, por efeito da ideologia, como um produtor, um causador de sentidos e de si – o que Pêcheux figurou como “efeito Münchhausen”, pelo qual se consegue, de modo fantástico, ser criador de si... Desde então, sua questão de pesquisa foi: como se aceita como evidente o sentido do que se ouve e do que se diz, daquilo que se lê e daquilo que se escreve?

Ainda em meados da década de setenta encontra-se um delineamento, por Pêcheux e Fuchs (cf. 1990), de traços da psicanálise no aparato da Análise de Discurso, que se apresenta como um domínio marcado pela confluência do materialismo histórico (com a teoria da ideologia), da lingüística e da teoria do discurso, como três regiões que se pretende articular com uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. É nesse contexto que surge o tratamento teórico dos “esquecimentos”.

Retomo Gomes Neto (1990?) para algumas observações. O esquecimento nº. 1¹², segundo os autores, seria de natureza “inconsciente”, constitutivamente inconsciente. Vinculado à ideologia, esse “esquecimen-

¹¹ A noção de pré-construído está ligada ao funcionamento da linguagem numa formação social. Fala-se de algo que emerge nos discursos a partir da exterioridade. Maingueneau (1997) esclarece: essa noção foi reformulada como “marca do interdiscurso no intradiscurso”. Genericamente, o termo é usado para designar conteúdos admitidos numa coletividade, e nesse sentido aparece ao lado de “preconceitos”, “estereótipos”, “*topoi*”, “*scripts*”...

¹² Produz no sujeito a ilusão de ser a origem de seu dizer (o que Pêcheux chamou “efeito Münchhausen”).

to” deve ser interpretado como “nunca sabido”, que nunca esteve no nível da consciência. Pela perspectiva de Althusser, teríamos aqui o Sujeito Absoluto dissimulado. Mas, insiste Gomes Neto, diz-se também que o esquecimento nº. 1 se apresenta como um recalque de natureza inconsciente. Nesse apelo à terminologia da psicanálise há, porém, um “esquecimento”: o recalque é de natureza consciente: elimina-se da consciência aquilo que não se aceita. Quanto ao esquecimento nº. 2¹³: o recalque que caracteriza o esquecimento nº. 1 regularia a relação entre o dito e o não-dito no esquecimento nº. 2, considerando a asserção de Lacan de que todo discurso é ocultação do inconsciente. Mas, comenta Gomes Neto, se o esquecimento nº 1 é fruto do recalque (não se trata do Inconsciente), como poderia regular o esquecimento nº. 2?

Assim, Gomes Neto tenta mostrar que o estatuto teórico de um e outro esquecimento não ficou estabelecido na Análise do Discurso. Talvez isso se dê porque se trata de construir um aparato fundamentalmente materialista lançando mão de conquistas relevantes em áreas que ainda têm uma inscrição no idealismo, como é o caso da psicanálise. Pêcheux disse isso desde o início, como se pode observar em *Semântica e discurso* (cf. 1988, p. 139, nota 68). A questão do *Simbólico*, do inconsciente, do sujeito da ciência receberão, pois, a marca do ideológico, que se apresenta como matriz no aparato teórico – e não o contrário.

E a forma-sujeito? Qual sua especificidade?

Após a introdução da matriz ideológica pela *figura* da interpelação, Pêcheux teoriza sobre a produção do sujeito nessa perspectiva imaginária, através de sua identificação e singularização; ele terá caráter jurídico, será um sujeito de direito (ao qual se dá direitos). O sujeito ideológico será uma duplicação dele, de modo a que se exerça, uma vez feita a identificação, a prescrição (o que *deve* ser, o mundo normativo). O termo “forma-sujeito”, engendrado por Althusser, corresponde ao indivíduo humano no exercício de uma prática social. No caso da prática discursiva, ele se encontra enredado no processo discursivo que se desenvolve no labirinto das formações discursivas. Lembre-se que, no caso de Pêcheux, há uma especificidade a considerar: ele sempre tem como referência a

¹³ Produz no sujeito a ilusão de realidade do pensamento em sua relação com a linguagem e com o mundo. Diz-se que esse esquecimento é apenas parcial, permitindo a retomada enunciativa para modificar estratégias de dizer.

formação capitalista, pressupondo estados de luta de classes...

É interessante notar que, se hoje se insiste em que ideologia *não deve* ser compreendida em sua conotação de ocultação, de dissimulação, pelo viés da formação discursiva a dissimulação continua sendo um marco de sua construção teórica: “Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas,...” (1988, p. 162). Isso se repete logo em seguida:

...o próprio de toda formação discursiva é dissimular; na transparência de sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (ça parle) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (ibid., p. 162).

Marcado como exterior, o ideológico é dado como *constituente* da subjetividade. A forma-sujeito se mostra, pois, como o sujeito que é efeito da ideologia, aparecendo como “essência do real”, algo uno e identificável – mas, em última análise, “ilusão idealista”. Como tal, corresponde ao Eu (*moi*) de Lacan ou Ego-imaginário, como o chamou também Pêcheux. Esse efeito se resume em “mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento nº. 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº. 2” (*ibid.*, p. 177). Assim é que se justifica a noção de “ato de linguagem”, que, em Análise do Discurso, não faria mais do que “traduzir” o desconhecimento de que o sujeito estaria determinado em seu discurso, bem como pressuporia um ato originário de quem toma a palavra. A “realidade” que se pensa aqui é a da forma-sujeito como efeito, e não ponto de partida.

A caracterização dos “esquecimentos”, um ponto espinhoso desde o início, retorna em Pêcheux quando ele revê as noções de pré-consciente-consciente (adotada de Freud para caracterizar o esquecimento nº. 2), julgando que a expressão leva a pensar (equivocadamente) que seja uma zona autônoma ao lado do inconsciente. Apela então para outro momento da obra freudiana, em que ele reafirma que o pensamento é inconsciente, e passa à reelaboração feita por Lacan. O que ele chamara de pré-consciente vincula-se à possibilidade de o inconsciente retomar uma representação verbal (dada como consciente), produzindo-se uma nova representação, que se “percebe como” (o “como se”) ligada conscientemente à

primeira, embora “sua articulação real com ela seja inconsciente” (*ibid.*, p. 175). E aí está todo o peso do material simbólico através das leis de língua. Em última análise, Pêcheux define que “todo discurso é ocultação do inconsciente” (p. 175)¹⁴.

Criou-se com isto, entretanto, um vasto campo de exploração de possibilidades estratégicas no discurso: modalidades, determinações, caracterizações aspectuais com o material sintático, bem como seus efeitos semânticos. A sintaxe discursiva dessa abordagem abria-se para a exploração da polifonia. Entretanto, Pêcheux mantém que o efeito da forma-sujeito seja especificamente “mascarar” o objeto do esquecimento nº. 1, exatamente pelo funcionamento do esquecimento nº. 2 (que inclui evidências sobre características lexicais).

7. Voltando à posição do analista

Desse ponto da crítica do ideológico e da subjetividade, volto ao analista por este atalho: para conhecer o funcionamento da ordem social precisa-se de analistas, cientistas – ou, simplesmente, de teoria (como estipula Althusser). Na vida prática, a ideologia fornece um mapa imaginário da totalidade social, de modo que é possível mover-se nela. Teoricamente, já foi dito, a ideologia aparece como um dispositivo de ilusão, visto que os mapeamentos imaginários que ela fornece fazem entender a sociedade *de um certo modo*. Mas, como esse mapeamento é indispensável, também se dirá que a falsidade não será tomada de modo “pejorativo” – o que é compreensível. Também se falará em “ilusão necessária”. Ora, ideologia implica sujeitos, mas o conhecimento em sentido estrito seria, para Althusser, um processo “sem sujeito”¹⁵ – e como tal não poderia implicar cognição, discernimento. Sentir-se centrado quando se é

¹⁴ Pêcheux lembra que Lacan considerara a sintaxe pré-consciente. Seguindo além do que está citado de Lacan, encontramos o que fundamenta Pêcheux: “A sintaxe, exatamente, é pré-consciente. Mas o que escapa ao sujeito, é que sua sintaxe está em relação com a reserva inconsciente. Quando o sujeito conta sua história, age, latente, o que comanda essa sintaxe, e a faz cada vez mais cerrada” (LACAN, 1985b, p. 70).

¹⁵ Especifique-se que Althusser determinou esse “sem sujeito”: sem sujeito originário, fundador dos sentidos, tal como exigia uma perspectiva materialista.

descentrado e quando se vive de equívocos é uma questão própria de posições subjetivas. Eagleton (1996) conclui que Althusser apresenta uma visão racionalista e uma visão positivista de ideologia: racionalmente ideologia significa erro, contrastando com a verdade da ciência.

Com essa idéia de “verdade da ciência”, por outro lado, esbarra-se nos princípios que o analista de discurso quer preservar, combatendo, por sua vez, a possibilidade de verdade absoluta e a possibilidade de um sujeito agente da ciência, presumidamente o sujeito cartesiano. E, com isso, pensa a contradição de, sendo sujeito, desviar-se de tal posição subjetiva para construir um dispositivo que permita uma compreensão não subjetiva do sujeito. Esse sujeito científico (aquele que alija as posições impróprias) é relevantemente mais denso que aquele previsto por Althusser, visto que não se nega como “não neutralizável”, mas ainda não pode aceitar-se – discursivamente, ao menos – como consciente de sua tarefa de pensar para compreender. Sua linguagem será reconhecidamente heterogênea, mas nesse reconhecimento, que lhe dá a passagem para realizar a análise (bem como a síntese), ele se faz um pequeno deus contemplativo, por que não? Vemos aqui um “sujeito-suposto-saber”, que entretanto também deve sofrer apagamento – o correspondente, na psicanálise, é o Outro representado pelo analista em sessão de terapia: ele não pode impor sua verdade ao analisando.

Mas nem tudo é tão “simples” assim, a considerar como Pêcheux (1988) resolveu, primeiramente, o impasse de uma ideologia “eterna” em seu vínculo com a (im)possibilidade científica. Tratava-se, lá, de contexto muito marcado pela luta política, de estabelecer como se daria a apropriação subjetiva dos conhecimentos científicos e da política do proletariado, no universo das práticas discursivas.

Ele assume, para solucionar a questão, um pressuposto tomado a P. Henry: vê-se a interpelação como fato, mas ela supõe um desdobramento: de um lado teríamos um “locutor” (sujeito da enunciação); de outro, um sujeito de tipo “universal” (sujeito da ciência) – o que, na prática, produziria um efeito discursivo tal que, a partir de um pré-construído, se efetuaría uma articulação promotora do efeito forma-sujeito.

Pois bem, esse desdobramento (assumido) terá de ser explicado em suas relações. É aqui que aparecem o “bom sujeito” e o “mau sujeito”. Na primeira modalidade, locutor e sujeito da ciência se recobrem e há um efeito de determinação completo, isto é, o sujeito se submete cegamente

– e isso, estranhamente, “em plena liberdade”. Eis o bom sujeito. Na segunda ocorrerá uma discrepância: o locutor se confronta ao sujeito da ciência e toma uma posição de distanciamento (pela dúvida, pelo questionamento ou pela revolta): as “evidências” oferecidas pela formação discursiva e seus círculos mais amplos são polemizadas – ele se *contra-identifica* e produz um contradiscurso. Eis o mau sujeito, o sujeito crítico. Mas de onde ele vem? Seria o inconsciente encarado como potência subversiva, mais conforme à perspectiva de Nietzsche? Aquele inconsciente turbulento que se podia detectar em Freud e em Lacan?

Neste ponto, a referência de Pêcheux é o princípio da contradição (Hegel), e não o inconsciente da psicanálise. Tratar-se-ia de um *não* que ressoa no interior mesmo da forma-sujeito, mas que, para Pêcheux, tem a sua *archè* (pensada como autoridade, não como origem absoluta) no próprio interdiscurso. Ou seja: identificação ou contra-identificação já seriam predeterminadas, e pode-se assim continuar no domínio da interpelação.

Refinando sua compreensão, Pêcheux arrisca uma terceira modalidade das relações locutor/sujeito da ciência: uma forma de *desidentificação*, explicável como “tomada de posição não-subjetiva”. Por trás disso dever-se-ia entender que conceitos científicos não têm representações específicas... não têm sentidos apreensíveis no interior de uma formação discursiva... Assim, uma prática política nova – como seria o marxismo-leninismo – não teria suas representações já inscritas, e isso provocaria uma *dessubjetivização* da forma-sujeito: anulação, ruptura. Mas não, Pêcheux não resolve assim a questão, o que seria, finalmente, destruir as ideologias. O caminho teórico assim se refaz: trata-se de um *trabalho* da forma-sujeito e não de sua anulação. Há um paradoxo, sim, uma vez que se dá um “*processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas ‘de tipo novo’*”. A ideologia [...] não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo *às avessas*, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo)” (1988, p. 218).

Bastante complicado – mas Pêcheux esclarece de que forma chegou a essa forma-sujeito que *trabalha*, e realiza a autocrítica de modo a

dar um encaminhamento positivo a suas formulações; ele o fez alguns anos depois de ter publicado *Semântica e discurso*¹⁶, cujo original é de 1975. Também justificou o aparente radicalismo de Althusser na relação que estabeleceu entre ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (PÊCHEUX, 1988, anexo 3) – e já foi salientado acima que Althusser estava interessado nas *práticas* e na possibilidade de reversões históricas. O mais complexo nesse trajeto, como era de esperar, diz respeito aos conceitos da psicanálise, e ele o admite: “[...] a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente” (p. 301). O centro da questão, ainda aí, era pensar a luta de classes como “contradição histórica motriz [...] e não em um mundo unificado pelo poder de um mestre” (*id.*, *ibid.*).

Pêcheux explorou os limites da interpelação ideológica até verificar que, como *ritual*, é preciso “reconhecer que não há ritual sem falhas”. Vale dizer que onde se reconhece uma classe dominante se reconhece também a resistência e a revolta do lado dominado. Chama a atenção igualmente que o chiste e o lapso tenham atraído tanto Pêcheux em sua construção teórica: ele diz que o chiste (*Witz*) acabou indicando, para ele, “o instante de uma vitória do pensamento no estado nascente, a figura mais apurada de seu surgimento. Isso reforça que o pensamento é fundamentalmente inconsciente [...], a começar pelo pensamento teórico...” Com isso, talvez tenhamos chegado mais perto das aproximações feitas por Lacan entre o *cogito* cartesiano e o inconsciente (Outro). É possível pensar assim frente a essas palavras de Pêcheux: “... é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’” (p. 304). Estaria ele caminhando para a singularidade?

Singularidade ou não, é sintomático que Pêcheux tenha alertado para a direção de interpretação segundo a qual a formação discursiva corresponderia “muitas vezes” na AD a uma máquina discursiva voltada à imposição da repetição, o que tenderia a apagar o acontecimento por “sobre-interpretação antecipadora” (PÊCHEUX, 1997, p. 56). E afirma, logo em seguida, que todo discurso “[...] constitui ao mesmo tempo um

¹⁶ O texto aparece como anexo 3 na edição brasileira.

efeito dessas filiações [filiações sócio-históricas de identificação] e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem-sucedida, [...] (*ibid.*, p. 56). Esse reconhecimento permite escapar ao “inferno da ideologia dominante” (em que o estruturalismo teria caído...). E Pêcheux lembra que este foi um ponto fraco da reflexão de Althusser sobre ideologia em *Aparelhos ideológicos de Estado* (*ibid.*, nota 26).

8. Um novo passo

Para dar término a esta incompletude constituinte, fico com uma reflexão de Noga Wine (1992), na qual ela, retomando uma posição de Miller sobre o conceito de “sutura” (ressaltando que a relação do sujeito com o significante é circular, mas não recíproca), diz:

... um significante novo é efeito do surgimento do sujeito e, a um e só tempo, o sujeito é efeito da ordem significante; só comparece sujeito quando um significante, já inscrito na ordem simbólica, vem representá-lo; ganhando uma representação, o sujeito se submete à ordem simbólica para poder subvertê-la e modificá-la com significados novos. O tempo do engendramento é circular, e por isso as duas proposições acima são verdadeiras: elas anunciam a anterioridade do sujeito em relação ao significante, mas ao mesmo tempo que o sujeito só comparece quando adota um significante, elemento do tesouro de significantes já inscritos, para representá-lo. Essa retroação é que determina o tempo particular na produção de sentido, o futuro anterior do só depois. Só depois de o sujeito se submeter à ordem dos significantes, poderá nela introduzir sua particularidade, produzindo novos significantes. A circularidade do tempo de engendramento se abre para uma linearidade, quando se concebe o sujeito barrado como vindo do real anterior ao significante (WINE, 1992, p. 70).

Encaro essa circularidade como a explicação psicanalítica do que, na ordem da relação língua/discurso, vejo como a tensão estrutura/acontecimento. Por trás dessa perspectiva olha-nos, de seu silêncio, Heráclito, sustentando a mobilidade das coisas e a luta dos contrários. Divergência

e contradição produzem a unidade do mundo e a sua transformação. Tal representação pode explicar que, ao mesmo tempo, não existem significados “já lá”, depositados em língua, com origem estabelecida e começo absoluto, e existem, sim, produzidos no fluxo vital da língua pelo movimento ideológico – vale dizer, pelo uso da língua. Se não existissem significados “já lá”, como se poderia dizer que a ideologia é que produz sentidos? Eu diria que os sentidos depositados são retomados, e assim o sujeito que fala (*parlêtre*) se significa, como se diria na psicanálise – mas nesse processo atuam suas pulsões. Isso corresponde ao que Wine expressa acima: um significante já inscrito no tesouro simbólico expressa o sujeito; por sua vez o sujeito, assim submetido à ordem simbólica, pode subvertê-la e transformá-la. O *ser na linguagem* também é aquele que produz *com linguagem*. Se a subversão não fosse o contraponto necessário da interpelação, não haveria o lugar da ciência, que precisa de um sujeito em deslocamento, um sujeito polissêmico, um sujeito-que-busca.

Insiro aqui uma observação pela ótica da biologia: se um observador não existe sozinho, dado que sua existência implica pelo menos um outro ser como condição necessária para que haja o estabelecimento do domínio consensual em que ele existe como observador – e como tal qualquer domínio de conhecimento é “sujeito-dependente”, bem como qualquer realidade, nos termos de Maturana (1999) –, há, ainda assim, algo que faz com que cada observador se mantenha único:

[...] por um lado, sua experiência, que permanece necessariamente isolada em seu fechamento operacional, e, por outro lado, a habilidade do observador de operar, através da consensualidade de segunda ordem, como se estivesse fora da situação na qual ele está, e, portanto, ser observador de sua circunstância como um observador (MATURANA, 1999, p. 163).

Para uma provocação final (que espero seja salutar), direi ainda, pelas palavras de Wine:

Com a segunda tópica [de Freud] e as noções centrais que esta desenvolve, a questão econômica da energia pulsional passa para o primeiro plano. Pode-se dizer que, se a primeira tópica estava centrada no conceito de inconsciente, a segunda centra-se na questão da pulsão, e na pulsão por excelência, que é a pulsão de morte. Deixa-se então o centro daquilo que

é ordenado – o inconsciente –, em direção a seus limites, onde ele esbarra com a dispersão e a indiferenciação do caos pulsional. De lá, pode surgir uma nova ordem que só será revelada a posteriori (WINE, 1992, p. 147).

Mesmo o inconsciente tornou-se um centro (“margem” em relação à consciência), do qual as margens são as pulsões: o Real, energia pulsional. No Simbólico vê-se algo constituir-se pelas determinações e diferenciações dentro do Real (dialética hegeliana e lógica do significante). O Imaginário, finalmente, aparece pela adoção de algum sintoma, que fixa saberes constituídos ou organizações estáticas para formar uma espécie de totalidade (*ibid.*, p. 57). O sujeito, preso na rede estrutural, **acontece**. Daí ser possível uma “nova ordem”. Em outro nível, com base em uma consensualidade de segunda ordem, o analista pode observar o acontecimento e descrevê-lo, projetando por sua vez uma “nova ordem” – agora de caráter teórico. O analista-observador sabe, contudo, que constrói uma objetividade “entre parênteses”.

Recebido para publicação em outubro de 2002.

Aceito para publicação em dezembro de 2002.

ABSTRACT

This work focuses on the discourse analyst as a person who, implied in his/her own discourse and in the analysis postulates, achieves a displacement to accomplish his/her investigation. It deals with the problematization of this position in its relationship with the character of the investigation and the analysis devices.

Key words: discourse analyst; place; displacement

Enderço para contato: agatha@matrix.com.br

REFERÊNCIAS

- 1 ALTHUSSER, Louis. **O futuro dura muito tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- 2 _____. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.
- 3 AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.
- 4 BIRMAN, Joel. **Psicanálise, ciência e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- 5 CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- 6 DOR, Joël. **Introdução à leitura de Lacan – O inconsciente estruturado como linguagem**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1989.
- 7 _____. **Introdução à leitura de Lacan – Estrutura do sujeito**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- 8 EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 179-226.
- 9 GOMES NETO, José. **(In)certos sujeitos: olhares**. [1990?] Mimeo.
- 10 LACAN, Jacques. **O seminário. Livro 20: Mais, ainda**. 2. ed. corrigida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985a.
- 11 _____. **O seminário. Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. 2 ed. corrigida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985b.
- 12 MAINGUENEAU, **Os termos-chave da análise do discurso**. Lisboa: Gradiva, 1997.
- 13 MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Org. Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- 14 MILLER, Jacques-Alain. **Percursos de Lacan: uma introdução**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

72

15 MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

16 ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

17 PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 143-152.

18 _____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

19 _____. **O discurso: estrutura ou acontecimento** [?]. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

20 PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. e HAK, T (orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 163-252.

21 WINE, Noga. **Pulsão e inconsciente: a sublimação e o advento do sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.